

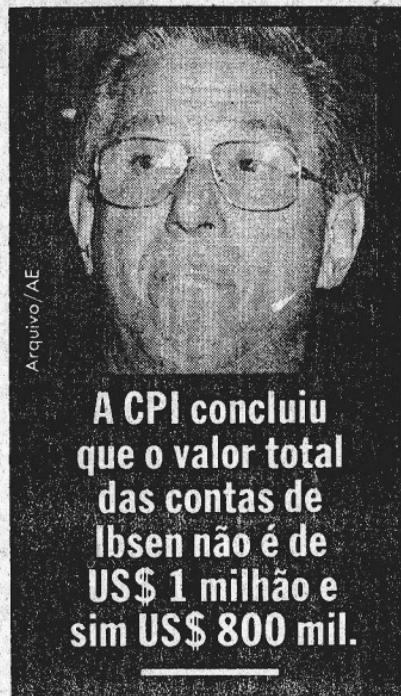
CPI: MAIS 45 DIAS.

Comissão decide prorrogar prazo dos trabalhos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento só vai encerrar seus trabalhos no dia 17 de janeiro de 1994 — 45 dias depois do prazo previsto inicialmente para a conclusão das investigações. A prorrogação foi acertada ontem à noite durante sessão secreta da comissão. O relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), se comprometeu, porém, a apresentar um relatório parcial no próximo dia 16. Este relatório será votado na semana seguinte e trará indicações para a cassação de parlamentares envolvidos no esquema da máfia do Orçamento. Magalhães pretende responder assim às pressões da opinião pública por uma ação rápida da CPI, sem prejudicar a fase final dos trabalhos.

Até ontem, a cúpula da CPI se esforçava para encerrar os trabalhos antes do Natal. Mas seria impossível. A comissão de bancos, por exemplo, não chegou à metade do trabalho. O exame das declarações de bens também está atrasado. Por isso, as subcomissões tiveram seu prazo dilatado até o dia 10 para apresentarem seus relatórios preliminares. Na véspera, termina o prazo para os depoimentos, segundo o novo cronograma traçado ontem. A votação do relatório parcial da CPI está marcada para o dia 21.

O novo prazo fixado não leva em conta a possibilidade de



Arquivo/AE

A CPI concluiu que o valor total das contas de Ibsen não é de US\$ 1 milhão e sim US\$ 800 mil.

a CPI ouvir mais 16 parlamentares citados pelo ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos. Mas só na quinta-feira haverá uma decisão formal sobre a relação de parlamentares que estariam envolvidos com as empreiteiras, segundo a carta escrita por José Carlos. Até 17 de janeiro também não será possível à CPI aprofundar as in-

vestigações sobre as oito empreiteiras que já tiveram quebrado o sigilo bancário e fiscal.

Ontem, a CPI divulgou que José Carlos Alves dos Santos movimentou US\$ 11,5 milhões nos últimos cinco anos, segundo rastreamento nas contas bancárias, feito pela subcomissão de bancos. No placar da comissão, José Carlos passou a ocupar o segundo lugar em movimentação financeira, logo depois do deputado João Alves (PPR-BA), apontado como chefe da máfia do Orçamento. José Carlos emitiu muitos cheques para pagar passagens aéreas, hotéis de luxo, e compras diversas, como discos e roupas íntimas femininas.

A subcomissão também concluiu o trabalho sobre as contas do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). O valor ficou bem abaixo do que foi divulgado nos últimos dias, que ultrapassava a casa de US\$ 1 milhão. Ibsen movimentou cerca de US\$ 800 mil, segundo o cálculo final.